

Recuperando a história do léxico antroponímico brasileiro

Recovering the history of Brazilian anthroponymic lexicon

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v6i3.35110>

Juliana Soledade

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia. É Professora Associado da Universidade Federal da Bahia, em exercício atualmente na Universidade de Brasília. Atua como docente do Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura (PPGLinc) da Universidade Federal da Bahia e do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília. É a atual coordenadora do Programa para História da Língua Portuguesa (PROHPOR) e do Projeto Dicionário de Nomes em Uso no Brasil (CNPq).

E-mail: julisoledade@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3637-3453>

RESUMO

Com base em estudos desenvolvidos desde 2007, com aportes de *corpora* variados que abarcam mais de 20 mil registros de prenomes brasileiros, esse artigo tem por finalidade, apresentar caminhos para a construção de saberes acerca da história do léxico antroponímico brasileiro. Para além de uma proposta de agenda para estudos de natureza sócio histórica dos nomes de pessoa no Brasil, apresentamos também uma investigação sobre dados do século XIX que conduzem a considerações relevantes sobre a chamada revolução antroponímica que teria lugar no segundo quarto do século XX. Ao tratar da tradição e inovação em dados baianos do século XIX, esse artigo consolida dados de pesquisas já empreendidas, o que resulta em expor a face mais conservadora da antroponímia oitocentista em oposição à crescente abertura para inovação que se dará no século XX. É inequívoca a afirmação de que antroponímia brasileira é ainda carente de descrição, tanto do ponto de vista sócio histórico, quanto dos pontos de vista lexicológico e lexicográfico. Existem inúmeras perguntas a serem respondidas acerca de como se constituiu historicamente o sistema antroponímico no Brasil e esse artigo traz a tentativa de oferecer uma pequena contribuição para aqueles que desejam percorrer esse caminho.

Palavras-Chave: Antroponímia. História. Mudança. Lexicografia. Lexicologia.

ABSTRACT

Based on studies developed since 2007, with varied corpora contributions that encompass more than 10,000 Brazilian first names, this article aims to present ways for the construction of knowledge about the history of the Brazilian anthroponomic lexicon. In addition to a proposed agenda for studies of person names in Brazil in socio-historical terms, we also present a investigation into data from the 19th century that lead to relevant considerations about the so-called anthroponomic revolution that would take place in the second quarter of the 20th century. When dealing with tradition and innovation in 19th century, this article consolidates results of research already undertaken and exposes the more conservative face of anthropony in opposition to the growing opening for innovation that will take place in the 20th century. It is unequivocal to say that Brazilian anthropony is still lacking in description, both from a socio-historical point of view, as well as from lexicological and lexicographic points of view. There are countless questions to be answered about how the anthroponomic system

was historically constituted in Brazil and this article is an attempt to offer a small contribution to those who wish to follow this path.

Keywords: Anthroponymy. History. Change. Lexicography. Lexicology.

Introdução

Com base em estudos desenvolvidos desde 2007 acerca da antroponímia baiana e brasileira, com aportes de *corpora* variados que abarcam mais de 20 mil prenomes usados e em uso no Brasil, esse artigo tem por finalidade, inicialmente, apresentar caminhos para a construção de saberes acerca da história do léxico antroponímico brasileiro.

Para além de uma proposta de agenda para estudos de natureza sócio histórica dos nomes de pessoa no Brasil, apresentamos também uma investigação sobre dados do século XIX que levam a considerações relevantes sobre a chamada revolução antroponímica que teria lugar no segundo quarto do século XX.

Ao tratar da tradição e inovação em dados baianos do século XIX, esse artigo consolida resultados de pesquisas já empreendidas e expõe a face mais conservadora da antroponímia oitocentista em oposição à crescente abertura para inovação que se dará no século XX.

É, pois, com o intuito de abrir caminhos para o conhecimento da história da antroponímia brasileira que, neste artigo, trazemos, na primeira seção, os caminhos da nossa pesquisa sobre os prenomes no Brasil. Na segunda seção, com base em nossa experiência, de mais de 20 anos, em estudos em linguística histórica no âmbito do Programa para História da Língua Portuguesa (PROHPOR¹), desenvolvemos uma proposta de agenda de investigação, considerando as temáticas mais relevantes para o estudo sócio histórico dos prenomes no Brasil. Na terceira seção, incorremos em uma reflexão sobre a questão da revolução antroponímica com base em dados baianos do século XIX, que atestam o caráter ainda conservador dos nomes de pessoas no Brasil. Na quarta seção, dando continuidade às reflexões sobre o inovadorismo na antroponímia brasileira, abordamos algumas percepções gerais acerca do comportamento genolexical dos prenomes inovadores do século XIX em confronto com os padrões de formações antroponímicas atuais. Por fim, apresentamos algumas considerações finais.

¹ Programa de pesquisa, criado em 1992, pela professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, sendo, portanto, o mais antigo grupo de pesquisa em Linguística Histórica/História da Língua Portuguesa em atuação no Brasil. O programa conta, atualmente, com 18 pesquisadores de cinco universidades públicas: UFBA, UEFS, UNEB, UESC e UnB.

1. Sobre o pensar e o pesquisar a história da antroponímia brasileira

Quando em 2007, inauguramos, no âmbito PROHPOR, o projeto de pesquisa *Todos os nomes: análise sócio histórica, mórfico-semântica e etimológica da antroponímia baiana*, então, coordenado pelas pesquisadoras Tânia Conceição Freire Lobo, Aurelina Ariadne Domingues Almeida e Juliana Soledade, não tínhamos ideia do volume de questões que a temática “antroponímia brasileira” suscitaria e o quão longe estávamos, e ainda estamos, de ter uma descrição efetiva acerca da constituição histórica e do comportamento do léxico antroponímico no Brasil.

É inequívoca, portanto, a afirmação de que antroponímia brasileira é ainda carente de descrição, tanto do ponto de vista sócio histórico, quanto dos pontos de vista lexicológico e lexicográfico. Existem inúmeras perguntas a serem respondidas acerca de como se constituiu historicamente o sistema antroponímico no Brasil, sobre as quais também pesam as contribuições de diferentes sistemas onomásticos em camadas sociais desiguais e, ainda, as contingências demográficas da difusão do português no país. Para além disso, os materiais lexicográficos de que dispomos, essencialmente três: Nascentes (1952), Machado (1981) e Guérios (1983), por retratarem, maiormente, a antroponímia tradicional, estão longe de dar conta dos nomes de pessoas em uso no território nacional, cuja feição inovadora² é inegável, embora, parcamente explorada pelas pesquisas científicas.

No curso das investigações desenvolvidas, entre 2007 e 2009, no projeto *Todos os nomes*, ficou claro para nós que, a partir do primeiro quarto do século XX, o português brasileiro sofreu aquilo que Tânia Lobo chamou de uma verdadeira revolução antroponímica, inserindo, no conjunto de nomes próprios de pessoas, uma infinidade de criações vocabulares, essencialmente no que diz respeito aos prenomes.

O estudo de *corpora*³ variados revela que os nomes inovadores representam, em geral, 5% de todas as ocorrências. Contudo, esse percentual, em termos absolutos, deve ser relativizado, uma vez que os nomes tradicionais são, na grande maioria dos casos, recorrentes, enquanto os nomes inovadores costumam aparecer uma única vez no *corpus*. Por exemplo, na lista de aprovados na Ordem dos Advogados do Brasil - XXIII Exame de Ordem Unificado é possível encontrar 172

² Muito embora seja comum a referência a neologismos para categorizar os prenomes criados no Brasil, não adotamos essa terminologia haja vista que muitos dos nomes que ainda não estão dicionarizados encontram-se em uso no país, como demonstram os dados levantados no *Dicionário de nomes em uso no Brasil*, há várias décadas, não se enquadrando, portanto, no conceito lexicográfico de neologia.

³ Como as listas de aprovados em processos seletivos: do IBGE (2017), da Polícia Federal (2013), do Exame de Ordem da OAB (2017), do vestibular da FUVEST (2017) e do vestibular da UFBA (2005); como os 4 mil nomes constantes do *Dicionário de nomes em uso no Brasil*; como as listas de nomes das matrículas e dos requerimentos da Sociedade Protetora dos Desvalidos (Séc. XIX); como o Levantamento Nominal dos Formados de 1812 a 2008 da Faculdade de Medicina da Bahia (1812-2008).

ocorrências do nome *Francisco* e 757 do nome *Maria*, mas apenas uma ocorrência para *Similiane* e para *Ruidiney*.

Embora a criação de prenomes no Brasil seja a face mais peculiar e própria do nosso sistema onomástico, é, ao mesmo tempo, a face mais desconhecida. No entanto, tão pouco podemos dizer que sabemos como a antroponímia, de caráter tradicional, herdada de línguas europeias, foi transposta e difundida em diferentes momentos da formação histórica do português brasileiro.

Essa limitação tem seu principal fundamento na falta de subsídios, pois as pesquisas com dados empíricos acerca da antroponímia, em face da necessidade de um número volumoso de informações, têm sido limitadas a retratos focalizados de pequenos municípios e de pequenas localidades, a partir de livros de registros paroquiais, lista de assentamentos de escravos, listas de registros em irmandades e afins.

Com a publicação da plataforma *Nomes no Brasil*, pelo IBGE, que integra um total de mais de 130 mil prenomes em uso no país, coletados a partir do Censo de 2010, abriu-se, então, um caminho para o estudo da antroponímia brasileira dentro do escopo nacional. Foi, então, que surgiu a ideia, também no âmbito do PROHPOR, de se elaborar o *Dicionário dos nomes em uso no Brasil*⁴, a fim de dar conta da imensa lacuna lexicográfica que estava posta para a antroponímia brasileira.

O dicionário, que atualmente conta com cerca de 4 mil entradas, pretende alcançar um total de 50 mil nomes em uso no país, dando informações estatísticas (essencialmente as já oferecidas pelo IBGE), mas também informações de cunho etimológico (no caso dos nomes tradicionais, com a colaboração do Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro) e informações de cunho morfolexical (no caso das criações vernaculares, com a colaboração do Prof. Dr. Carlos Alexandre Gonçalves). Para além desse enquadre, com o auxílio de pesquisadores de outras nacionalidades, estão sendo feitas comparações com o léxico antroponímico em uso na Galícia (a cargo da Prof. Dra. Ana Isabel Boullón Agrelo), em Portugal (a cargo da Profa. Dra. Graça Maria Rio-Torto), em Moçambique (a cargo do Prof. Dr. Alexandre Timbane) e em Angola (a cargo do Prof. Manuel Domingos). Por fim, o dicionário busca trazer, ainda, informações de caráter enciclopédico que deem conta de explicar, entre outras coisas, as motivações para o ápice de popularidade de dado nome, em uma década específica, considerando as estatísticas do IBGE.

Com o dicionário em construção, a face lexicográfica da questão antroponímica no Brasil está em vias de ser contemplada, deixando em aberto as questões sócio históricas e lexicológicas.

⁴ <http://dicionariodenomesdobrasil.com.br/> link para o site do projeto, atualmente em desenvolvimento, sob a coordenação da Profa. Dra. Juliana Soledade e co-coordenação das professoras doutoras Antônia Vieira dos Santos e Patrícia Vieira Gomes.

2. Uma agenda para o estudo da história da antroponímia brasileira

Os estudos linguísticos sobre antroponímia em perspectiva histórica ainda são escassos, até mesmo inexistentes, o que se sabe até então reside basicamente em hipóteses, construídas sobre aparatos teóricos e metodológicos alheios à linguística, nomeadamente, da história e da antropologia.

A questão da nomeação de indivíduos no Brasil é perpassada por alguns eventos históricos de máxima relevância, como o extermínio e aculturação das populações indígenas, como a escravidão e a aculturação da população africana e afrodescendente, como os papéis da Igreja Católica e do estado no controle de registros civis, como o papel da imigração e das influências culturais no redesenho da nacionalidade, entre outras.

Considerando esses, entre outros, aspectos, buscamos elencar sete questões que estão postas acerca do problema da descrição antroponímica e de indicar alguns dos caminhos que as pesquisas linguísticas podem tomar para contribuir para uma descrição efetiva da antroponímia brasileira:

- (1) *Nomes portugueses - Qual, de fato, foi a contribuição portuguesa para antroponímia brasileira?*

É de conhecimento geral que grande parte dos prenomes e sobrenomes que compõem o sistema onomástico pessoal do Brasil é advindo da herança portuguesa em consonância com o processo de colonização, contudo, um estudo sistemático, que confirme essa informação quantificada/qualificada em dados, ainda está por ser feito. Para essa investigação, um dos caminhos possíveis seria levantar os prenomes e sobrenomes constantes dos documentos que registram dados de imigrantes e sua destinação, nos arquivos da Torre do Tombo em Lisboa (disponíveis online). Assim, a recolha dos nomes de indivíduos que migraram para diferentes territórios do Brasil pode elucidar, ainda que parcialmente, qual a feição da antroponímia de herança europeia. Ter esse conhecimento é importante para que possamos entender como se constitui organicamente o sistema antroponímico do português brasileiro.

- (2) *Nomes no Brasil colônia e no Brasil império - Como foi sendo moldada a antroponímia brasileira nos anos coloniais e imperiais?*

Como, até 1889, estiveram sob as mãos da Igreja católica, os registros de batismo, de casamento e de morte, os Livros de Registros Paroquiais, principalmente os de batismo, são fontes a serem consideradas como primordiais para a identificação da antroponímia que se fazia uso no Brasil. Há que se considerar, contudo, que essa fonte reflete apenas a antroponímia oficial, já que, fora dos entrançamentos da lei, haveria, por certo, uma antroponímia indígena e

africana que estava restrita a circular nos espaços de comunicação que se dava, essencialmente, entre pares, portanto, fora do círculo normativo branco. Dentro desse contexto vale investigar, em especial, as possíveis diferenças entre nomes de brancos e nomes de negros. *Havia, no período da escravidão no Brasil, distinção entre o sistema antroponímico de brancos e negros?* Como se sabe, a escravidão negou aos indivíduos capturados em África e seus descendentes o direito ao nome de sua língua e cultura, impondo a antroponímia da tradição judaico-cristã de forma irrestrita. No entanto, não sabemos se havia marcas sociais e étnicas na escolha de nomes para brancos e negros. Eram usados os mesmos prenomes? Ou alguns preferencialmente circulavam entre uma e outra camada populacional? Além disso, é sabido que entre os escravos a nomeação ficava restrita aos prenomes, sendo os sobrenomes atribuídos no processo de alforria. De tal maneira, ainda é preciso perguntar, como se forma o sistema de sobrenomes de libertos? E como foi formatada a configuração dos nomes completos de negros no Brasil?

- (3) *Nomes indígenas e nomes de índios - Como se deu a inserção dos nomes indígenas na antroponímia brasileira? E como se comporta a antroponímia em comunidades indígenas hoje?*

Esses caminhos são ainda muito inexplorados, pois se há, aqui e ali, algum estudo sobre os nomes de negros escravizados e libertos, a questão da antroponímia da população indígena no Brasil, no passado e no presente, é praticamente desconhecida. Em relação a períodos recuados da história, uma das possibilidades para a pesquisa é o estudo de registro de casamento entre brancos e indígenas, sobretudo, após 1750, quando a política pombalina incentivou os enlaces matrimoniais mistos, entre índios e portugueses. De outra parte há a possibilidade de se pesquisarem os códices do fundo *Polícia da Corte* no Arquivo Nacional e os documentos do *Serviço de Documentação da Marinha*, em que há registros de autuação de indígenas marginalizados, esses eram, em geral, índios desaldeados que migravam individualmente para os grandes núcleos urbanos. Por sua vez, no que se refere ao cenário atual da antroponímia indígena, há a necessidade de se fazer levantamentos de registros demográficos em aldeias indígenas que levem em consideração o conjunto de prenomes em uso nessas comunidades, em confronto com os nomes oficiais do registro civil desses indivíduos.

- (4) *Nomes da imigração - Qual a contribuição de outras línguas, trazidas por imigrantes, para formação da antroponímia brasileira?*

A história da imigração no Brasil é uma complexa colcha de retalhos, em que devem ser considerados os diferentes povos migrantes, os diferentes ciclos de migração e as diferentes localidades para onde se dirigiram esses imigrantes no Brasil. Para o estudo da influência desses imigrantes na formatação do sistema

antroponímico brasileiro, há que se constituir pesquisas variadas que enfoquem línguas/nações diversas. Assim, por exemplo, para se estudar a influência italiana no quadro onomástico brasileiro, seria interessante levantar os registros da imigração italiana, que são muito e estão muito bem documentados, o que, infelizmente, não se reflete como uma realidade uniforme para todos os povos que migraram para o território brasileiro. Assim, a nosso entender, o estudo das contribuições das línguas de imigrantes para a antroponímia brasileira requer uma compreensão dos movimentos migratórios associada à investigação sobre as datações, segundo o IBGE, dos primeiros registros dos prenomes originários dessas línguas, nos territórios onde se assentaram esses povos. Estudo dos documentos dispostos no Arquivo Nacional (SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional), pode contribuir muito para o avanço da questão.

(5) *Nomes do contato cultural – Qual a contribuição de outras culturas, principalmente a francesa e a norte-americana, para o incremento da antroponímia no Brasil?*

Como se sabe, até meados do século XX, o Brasil teve olhos, mãos e pernas voltados para a Europa, de onde se sobressaia o modelo francês de cultura e civilização e, desse contato cultural, a antroponímia não passou incólume, tanto incorporando prenomes com a formatação francesa (por ex.: *René*, para homens e *Renée*, para mulheres), quanto adaptando alguns prenomes ao sistema morfofonológico do português (*Juliete* > *Julieta*, *Colete* > *Coleta*). Por sua vez, após a Segunda Guerra Mundial, intensifica-se a americanização do Brasil, que já havia se iniciado nos anos 30, através da política de *boa vizinhança*, inaugurada na gestão do republicano Herbert Hoover, eleito em novembro de 1928 e levada a cabo pelo Presidente Franklin Roosevelt (1933 a 1945), com o intuito de assegurar a liderança norte-americana no hemisfério ocidental. Podemos dizer que ao longo desses mais de 60 anos, o modelo cultural norte-americano foi aquele que mais teve êxito sobre o sistema onomástico pessoal, desde a colonização. Tal afirmativa se baseia em uma evidência empiricamente atestada que diz respeito ao fato de que inúmeros formativos originários de nomes estadunidenses têm servido para a criação de novos prenomes no Brasil (por ex: *-son*, *-elson*, *-ilson*, *-elton*, *-ilton*, entre outros⁵). O estudo da antroponímia proveniente dos contatos culturais requer que sejam considerados aspectos sócio históricos da eleição dessas nações como modelos a serem seguidos pelo Brasil, em época distintas, aliando-se a isso o estudo da datação dos registros dos prenomes originários dessas culturas no Brasil.

⁵ Por exemplo, na Lista de aprovados na OAB, há 125 prenomes com o formativo *-ilson*, excluindo as ocorrências de *Wilson* e *Nilson*, temos 78 ocorrências de nomes criados no Brasil, por exemplo: *Eduilson Joilson*, *Rilson*, *Venilson* etc.

(6) *Nomes brasileiros 1 – Em que momento se dá a chamada revolução antroponímica no Brasil?*

Quando consideramos que a inovação que atinge essencialmente os prenomes no país é, muito provavelmente, um fenômeno do segundo quarto do século XX, nos baseamos em duas evidências centrais: a primeira diz respeito à constatação de que os dados de *corpora* datados anteriores a esse período revelam um número insignificante de prenomes criados, além disso, essas poucas inovações revelam um caráter ainda insipiente do papel dos processos de formação que atuam ativamente nas criações vernaculares observadas hoje em dia e a segunda evidência diz respeito à verificação de que, nos dados levantados na elaboração do *Dicionário de nomes em uso no Brasil*, cerca de 20% dos nomes, até então estudados (mais ou menos 800), são criações brasileiras, que, por sua vez, têm seus primeiros registros datados entre as décadas de 1940 e 1950, período que poderá ser considerado, em tese, o ápice da revolução antroponímica iniciada por volta de 1920–1930. Contudo, essas evidências não são suficientes para comprovar a hipótese da revolução antroponímica no segundo quarto do século XX. Desse modo, intuímos que um caminho para essa comprovação esteja no estudo de dados quantificados, em diferentes regiões do país, que comparem a evolução dos números de nomes tradicionais e de nomes inovadores nos registros de nascimentos entre as décadas finais do século XIX e as décadas iniciais do século XX.

(7) *Nomes brasileiros 2 – Como são criados, do ponto de vista morfológico, os brasileirismos antroponímicos?*

Esse aspecto, em particular, enquadra-se numa descrição de natureza lexicológica e vem a ser de interesse de estudiosos da morfologia do português brasileiro. Nossos estudos têm apontado que a criação de prenomes no Brasil se insere em padrões de criações lexicais semelhantes aos processos a que estão submetidos os itens do léxico comum. Mas é preciso, ainda, um levantamento exaustivo dos processos genolexicais envolvidos na inovação antroponímica. Para isso, o *Dicionário de nomes em uso no Brasil* será uma fonte de dados de fundamental importância, haja vista não só a inclusão de propostas de análise para as formações morfológicas dos prenomes inovadores, como também o grande volume de dados, que darão evidências sobre a recorrências de processos e formativos.

Longe de querer esgotar todas as possibilidades de pesquisas no âmbito da antroponímia brasileira, essa proposta de agenda tem como motivação o desejo de instigar pesquisadores a adentrarem no mundo dos estudos antroponímicos, considerando que, por natureza, os antropônimos são capazes de revelar toda uma concepção de mundo, uma vez que carregam informações acerca de

valores, de crenças e de atitudes frente ao processo de nomeação que deixam patente a sua importância para a compreensão da cultura e da história de uma dada sociedade.

3. Tradição e inovação em dados baianos do século XIX

Para fazermos um estudo da revolução antroponímica brasileira, parece ser fundamental que tomemos os anos de 1888 e 1889 como marcadores históricos relevantes. Nesses anos, alguns eventos decisivos sinalizam, provavelmente, o início de uma ruptura nos padrões antroponímicos em uso no território nacional, são eles: a abolição da escravatura, em 1888, à qual se relaciona a intensificação dos movimentos migratórios para suprir a mão de obra escrava, e a publicação do Decreto nº 10.044, de janeiro de 1889, que fixa o dia em que deve começar a ter execução, em todo o Império, o Regulamento do Registro Civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, expedido no Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888, que também institui a obrigatoriedade dos cartórios de registro civil nos municípios brasileiros, tirando, das mãos da Igreja Católica, a prerrogativa do batismo e da influência sobre o ato de nomeação.

É, pois, a partir desses eventos que a antroponímia de feição, essencialmente, portuguesa e judaico-cristã começa a sofrer maiores alterações, isso porque, não só os imigrantes trarão consigo todo um sistema onomástico alheio ao que aqui circulava, mas, sobretudo, porque, sem o controle da Igreja sobre a nomeação dos indivíduos nos Registros Paroquiais, a antroponímia passou a ser considerada com mais liberdade criativa pelos brasileiros.

É certo que os nomes que circulavam oficialmente no Brasil antes de 1888 eram em quase sua totalidade nomes da tradição europeia, sobretudo portuguesa, como revelam os dados das pesquisas aqui abarcadas. Em relação aos indígenas e africanos, como dissemos acima, essa realidade se impunha, nomeadamente, nas esferas oficiais. João José Reis (2003), a propósito da utilização de nomes próprios pelos negros que foram presos quando da revolta dos Malês, em Salvador, no ano de 1835, testemunha um dos poucos documentos oficiais em que se registram nomes africanos ao lado de nomes cristãos para os mesmos indivíduos: *Ajadi* por *Luís*, *Ajahi* por *Jorge*, *Alei* por *João*, *Aliara* por *José* ou *Alade* por *Joaquim*, nesse contexto, se revela que a questão da identidade do negro no Brasil se instaurava entre autodenominação e a denominação alheia.

A fim de contribuir para a reconstrução do quadro onomástico pessoal antes da chamada revolução antroponímica, neste artigo, apresentaremos alguns dados da antroponímia baiana no século XIX, a saber:

- 30 nomes de 290 atas e documentos assinados da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) – 1832–1899 (Oliveira, 2013);
- 649 nomes dos requerimentos de entrada na Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) –1836–1889 (Souza, 2017);
- 1.856 nomes da *Lista de Formados da Faculdade de Medicina da Bahia* (FMB) – 1812 – 1889.

Os estudos de Oliveira⁶ (2005) e de Souza (2017) dão conta de dados que dizem respeito à antroponímia de negros livres que se integraram à irmandade negra denominada *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, fundada em 1832, em Salvador, Bahia.

Oliveira (2005) separa o conjunto de redatores das atas e outros documentos em quatro grupos, segundo informações acerca de sua nacionalidade:

Tabela 1 – Dados das atas da SPD.

AFRICANOS	BRASILEIROS	PROVÁVEL AFRICANO	PROVÁVEIS BRASILEIROS
Gregório Manuel Bahia José Fernandes do Ó Luís Teixeira Gomes Manuel da Conceição Manuel do S. e C. Rosa Manuel Vítor Serra	Antônio José Bracete Faustino Joaquim Cisne Feliciano P. Ferreira Felipe Benício Florêncio da S. Friandes João Teodoro da Soledade José Pedro da S. Paraguassu Júlio Capitolino da Boa Morte Manuel Anastácio Cajueiro Marcos José do Rosário Saturnino Francisco da Rocha Saturnino R. da Silveira	Joaquim do N. de Jesus	Antônio Agostinho da Cunha Félix F. de Santana Francisco Zacarias das Chagas João de Deus de S. Rosa Joaquim Malaquias de Santana Luciano da Silva Serra Manuel de C.Santarém Manuel do E. S. de Carvalho Manuel José d'Etire Manuel Leonardo Fernandes Tomé Manuel de Jesus

Fonte: elaborado pela autora, a partir de Oliveira (2005).

Dos 44 prenomes (foram considerados os prenomes simples e duplos), 13 ocorrem uma única vez, por seu turno, *Manuel* é o nome mais frequente, ocorrendo 10 vezes; seguido de *Joaquim* e *José* que ocorrem três vezes cada e de *Antônio*, *João* e *Saturnino* que ocorrem duas vezes cada.

Não há nenhum indício de inovação antroponímica nesses dados, pois todos os prenomes compõem o quadro daquilo que identificamos como nomes tradicionais, ou seja, nomes que foram integrados ao sistema antroponímico brasileiro via colonização portuguesa. Além disso, esses dados nos dão registros do apagamento da antroponímia original de negros trazidos da África, uma vez que

⁶ A tese de doutorado de Klebson Oliveira não tem como foco a antroponímia, mas por trazer informações importantes acerca da origem africana ou brasileira dos redatores das atas da SPD, achamos por bem incluir tal estudo nesse artigo.

observamos que mesmo os indivíduos que se declaravam de origem africana assinavam com os nomes da tradição luso-brasileira.

No estudo de Souza (2017), acerca de 649 prenomes dos requerimentos de entrada na SPD, os dados são analisados quantitativamente sem considerar as repetições e, no quadro abaixo, em que analisa os étimos mais recorrentes, podemos observar que, novamente, não há traços relevantes de inovação na antroponímia baiana do século XIX, uma vez que 98% dos prenomes tiveram seus étimos identificados.

Tabela 2 – Dados dos requerimentos da SPD.

ANTROPÔNIMOS – ÉTIMOS MAIS RECORRENTES		
ÉTIMO DOS ANTROPÔNIMOS	Nº DE OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM
ÉTIMO LATINO	242	37%
ÉTIMO GREGO	156	24%
ÉTIMO HEBRAICO	91	14%
ÉTIMO GERMÂNICO	83	13%
OUTROS ÉTIMOS	65	10%
SEM INDETFIFICAÇÃO	11	2%
Total	649	100%

Fonte: elaborado pela autora, a partir de Souza (2017).

Dos 11 prenomes cujo étimo foi analisado como *sem identificação*, nove não parecem representar inovações intencionais, ou seja, são, ao que tudo indica, fruto de uma alteração gráfico-fônica acidental de nomes tradicionais, observemos os casos abaixo:

- *Damário* – provavelmente variante de *Damásio*, talvez por influência de *Mário*
- *Furtuoso* – provável variante de *Fruituoso*, talvez por influência do vocábulo *furto*
- *Guardino* – provável variante de *Galdino*
- *Ludugero* – provável variante de *Ludgero*
- *Martiliano* – provável variante de *Martiniano*
- *Noberto* – provável variante de *Norberto*
- *Timote* – provável variante de *Timóteo*

- *Tintiliano* – provável variante de *Quintiliano*
- *Tintino* – provável variante de *Quintino*
- *Sinfônio* – provável variante de *Sinfrônio*

Nesses prenomes, quase todas as alterações observadas na grafia são justificáveis por processos metaplasáticos de alteração fônica, por exemplo, em *Tintiliano* e *Tintino*, teríamos um processo assimilatório, contudo, não adentraremos nesse nível de análise. Além desses, dois prenomes se destacam por não seguirem esse padrão, são eles:

- *Miguelino* – ao que tudo indica, a forma *Miguelino* seria um hipocorístico de *Miguel*. A relação entre os dois prenomes é atestada pela figura histórica do Padre Miguelino, que lutou pela independência do Brasil na chamada Revolução Pernambucana, em 1817, seu nome de registro era *Miguel* Joaquim de Almeida e Castro. A hipocorização, nesse prenome, foi processada através da inclusão do sufixo *-ino*, aplicável com valor diminutivo afetivo. Esse nome não encontra registro em nenhuma das três obras lexicográficas onomásticas de relevância, contudo, em Guérios (1983, p.177) e em Machado (1981, p. 990), a forma *Miguelina* é atestada como “fem. de Miguel” e segundo Machado seria “moderno e raro”. Outro indício de que se trata de um brasileirismo inovador é o fato de que esse prenome ainda hoje não aparece entre os nomes permitidos em Portugal, segundo o *Instituto dos Registos e do Notariado* português. E apesar de ter uma atestação bastante antiga, remontando a pelo menos início do século XIX, o IBGE informa que, segundo o Censo de 2010, existem apenas 95 pessoas registradas no Brasil com esse nome.
- *Braziliano* – ao que intuímos, essa é uma criação brasileira desse período (séc. XIX), certamente, usada para indicar uma afiliação do indivíduo a sua nacionalidade. Guérios (1983, p. 78) atesta *Brasilino*, indicando-o como diminutivo de *Basílio* e, sobre este, pergunta se “houve influxo de *Basílio*?”. Já Machado (1981, p. 281) registra a forma *Braziliano* sobre a qual afirma “de *Brasil*, com o sufixo *-iano*”, sendo essa a explicação mais óbvia para o inventivo prenome. Segundo o IBGE, apenas 43 brasileiros foram registrados com prenome *Braziliano* (com <z>) e 593 com o prenome *Brasiliano* (com <s>), cujos primeiros registros apontam para antes de 1930.

Para somar informações a esses estudos, levantamos uma listagem de 1.856 prenomes constantes do *Levantamento Nominal dos Formados de 1812 a 2008 da Faculdade de Medicina da Bahia – UFBA*, em um recorte temporal que compreende os anos de 1812 a 1889.

Diferente dos dados anteriores, que se referiam à comunidade negra da Bahia oitocentista, a lista de formados em medicina na Bahia no século XIX, representa, em sua essência, a comunidade branca.

Uma pesquisa feita pelo *Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais* (Laeser), do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), aponta que menos de 18% dos médicos do funcionalismo público no Brasil, hoje, são negros. Se esses dados apontam para uma gritante desigualdade social marcada pela cor no século XXI, podemos deduzir que a disparidade deveria ser profundamente abissal no século XIX, quando ainda havia negros escravizados. Em nossos estudos, conseguimos levantar informações sobre quatro médicos negros formados no século XIX na Faculdade de Medicina da Bahia, são eles: Salustiano Ferreira Souto (formado em 1840) e os irmãos José Alves de Mello (formado em 1871) e Domingos Alves de Mello (formado em 1877), além de Juliano Moreira (formado em 1891), por conta da data de formatura, este último não entrou no cômputo dos nossos dados.

Do total de prenomes levantados, encontramos 371 nomes diferentes, 370 masculinos, 1 feminino (*Rita*, que só aparece ao final do século XIX, em 1887). Outros dados importantes referem-se à frequência dos prenomes: 198 nomes aparecem com uma única ocorrência (ex.: *Abílio, Balbino, Cid, Diogo, Elias, Lino, Nestor, Rita*); 70 nomes aparecem com duas ocorrências (ex.: *Abdom, Boaventura, Cornélio, Eloy, Raphael*), 40 nomes aparecem com três ocorrências (ex.: *Aurélio, Ciro, Daniel, Egas, Nicolau, Ulysses*), 44 nomes aparecem com quatro, cinco, seis, sete, oito ou nove ocorrências (*Félix, Ângelo, Frederico, Caetano*). São, portanto, apenas 19 os prenomes com mais de 10 registros, sendo que os seis primeiros são os mais frequentes e somam um total de 814 ocorrências: ***José (219), Antônio (135), João (134), Manuel/Manoel (121) Francisco (105), Joaquim (100), Augusto (27), Arthur e Carlos (20), Alfredo (19), Alexandre (17), Domingos e Júlio (15), Cândido (14), Américo e Virgílio (13), Álvaro, Ernesto, Tomás/Thomaz (10)***.

As inovações nesses dados estão inseridas no conjunto de prenomes que ocorrem apenas uma vez no *corpus*. Além disso, não podemos dizer que estão em consonância com os tipos de inovação encontradas entre os nomes da SDP.

Em primeiro lugar, as criações se apresentem operando a transposição de nomes da esfera comum para a própria: *Benigno, Felino, Felizardo, Geminiano, Genuíno e Paraíso*⁷.

⁷ Segundo o IBGE, existem no Brasil registros para todos esses nomes, excetuando-se *Felino: Benigno (1.889), Felizardo (717), Geminiano (273), Genuíno (918), Paraíso (59)*.

Assim como ocorreu com *Miguelino* e *Braziliano*, no *corpus* da SPD, há aqui também criações antroponímicas com o uso de formativos latinos da margem direita, essencialmente, *-ino* e *-iano*: *Carmerino*, *Cherubino*, *Fabriciano*, *Marcolino*⁸.

Já as inovações com base em alteração gráfico-fônica estão bem pouco representadas nesse *corpus*, sobretudo em comparação com os dados da SPD, apenas encontramos o prenome *Euvaldo* que é, muito provavelmente, uma variante de *Evaldo*. A sub-representação desse fenômeno parece estar relacionada ao grau de escolaridade incidente sobre as figuras presentes em cada *corpus*, se, por um lado, na SPD, temos negros libertos, com baixíssimo grau de letramento, na FMB temos o justo oposto, a representação da camada mais letrada da sociedade baiana.

Por fim, aparece, timidamente, nesse *corpus* aquele que será um dos processos preponderantes no século XX na criação de nomes no Brasil, as chamadas construções biformativas, que tomam dois nomes como modelos para a criação de um novo, gerando *splinters* (pedaços de nomes que assumem o status de morfema, se tornando produtivos na criação de uma série de outros prenomes). Essa parece ser a motivação para a única ocorrência encontrada, *Claudemiro*, que teria como base, de um lado, o prenome *Claudio* e de outro, o *splinter -miro*, retirado de prenomes como: *Adalmiro*, *Almiro*, *Argemiro*, *Belmiro*, *Casimiro*, *Clodomiro*, *Delmiro*, *Teodemiro*, *Teodomiro*, *Valdemiro*, *Valdomiro*.

4. Reflexões e Indagações sobre a inovação antroponímica brasileira

Ainda que pouco representativos da realidade brasileira como um todo, esses dados ora apresentados podem ser um ponto de partida para algumas reflexões e indagações.

Como dissemos a antroponímia brasileira, desde as primeiras décadas do século XX vem se enriquecendo com inúmeras contribuições fruto da criatividade lexical produzidas no vernáculo. E os dados aqui analisados ratificam a hipótese que, no século XIX, a antroponímia brasileira era, essencialmente, conservadora.

De uma parte, os dados apontam que são poucas e raras as contribuições inovadoras século XIX. De outra parte, as inovações, nesse período, parecem estar atreladas a três processos fundamentais: as alterações gráfico-fônicas, as transposições do léxico comum ao próprio e o acréscimo de formativos antroponímicos à margem direita.

⁸ Segundo o IBGE todos esses nomes têm registros no Brasil hoje: *Carmerino* (189), *Cherubino* (64), *Fabriciano* (975), *Marcolino* (2,504).

Acerca da representatividade desses processos na antroponímia do século XX, dados do *Dicionário de nomes em uso no Brasil* sugerem que eles continuam produtivos no Brasil.

É possível encontrar variados casos em que um nome tradicional é levemente alterado em sua configuração gráfico-fônica, a fim de gerar um nome inovador, até agora, os nossos dados revelam que, nesse fenômeno, predominam alterações entre os fonemas /b/ ~ /d/ e /d/ ~ /t/, mas não exclusivamente: *Cívia* (23 f. - *Lívia*), *Dalbino* (35 m. - *Balbino*), *Deatriz* (26 f. - *Beatriz*), *Dejamim* (22 m. - *Bejamin*), *Derenice* (337 f. - *Berenice*), *Fâmela* (60 f. - *Pâmela*), *Ingrite* (152 f. - *Indrid*), *Talila* (282 f. - *Dalila*), *Tanilo* (97 m. - *Danilo*), *Tiego* (1.287 m. - *Diego*). Ressaltamos, porém, que os casos que observamos no século XIX aparentam carecer de intencionalidade, o que não parece ser o caso dos prenomes do século XX.

As transposições do léxico comum ao próprio também estão representadas no *corpus* do *Dicionário de nomes em uso no Brasil*: *Brisa* (1.903 f.), *Flor* (2.640 f.), *Jade* (11.297 f.), *Júpiter* (68 m.), (*Lua* 840 f.), *Luz* (1.462 f.)/ *Luz* (1.315 m.), *Mar* (163 f.)/ *Mar* (90 m.), *Mel* (4.047 f.), *Pérola* (3.861 f.), *Sol* (380 f.)/ *Sol* (147 m.). Bem como, as construções com formativos da margem direita: *Carlane* (833 f.), *Flaviane* (15.415 f.), *Josemiro* (509 m.), *Rosemiro* (2.445 m.), *Carlison* (448 m.), *Nadson* (7.258 m.), *Marivan* (1.376 m.), *Rodivan* (7.305 m.), *Lucimar* (67.004 f.), *Julimar* (5.135 m.).

Contudo, são as construções biformativas, dentre as quais também se podem incluir as construções com formativos da margem direita, as peças-chave para compreendermos a revolução antroponímica do século XX. Esses processos são de natureza diversa, mas se organizam em torno de um comportamento prototípico que consiste em considerar a junção de dois componentes mórficos antroponímicos como processo básico da formação de prenomes brasileiros. São construções com nomes justapostos como: *Anabela* (786 f.), *Anacelia* (731 f.), *Anacília* (64 f.), *Anaclara* (607 f.), *Anacleide* (414 f.), *Anajulia* (386 f.), *Josenilson* (8.574 m.), *Josenilton* (9.558 m.) *Josemario* (1.573 m.), *Luciomario* (56 m.), *Maraísa* (5.013 f.), *Maranice* (55 f.), *Maracelia* (71 f.); com nomes aglutinados como: *Analice* (16.354 f.), *Analine* (1.033 f.), *Analva* (71 f.), *Anamália* (37 f.), *Anamélia* (535 f.), *Ivanilton* (3.384 m.), *Juanilton* (28 m.), *Maralice* (498 f.), *Maraline* (256 f.); com nomes que fazem uso de formativos da margem esquerda: *Adcarlos* (53 m.), *Admárcio* (27 m.), *Admaria* (42 f.), *Edmário* (2.022 m.), *Ednéia* (19.470 f.), *Gilomar* (48 m.), *Gilmárcio* (341 m.) *Vanilda* (30/489 f.), *Vancarlos* (128 m.); com nomes que fazem uso de formativos da margem direita: *Ivanberg* (31 m.), *Joseberg* (66 m.), *Francildo* (1.808 m.), *Josilma* (1.523 f.), *Marilma* (197 f.), *Marilza* (28.205 f.); com nomes que fazem uso de *splinters*: *Francivaldo* (10.214 m.), *Francileide* (4.763 f.), *Francineide* (18.288 f.), *Francinaldo* (116 m.), *Alailson* (2.376 m.), *Amailson* (235 m.), *Deilson* (3.460 m.), *Genilson* (32.822 m.), *Jonilson* (5.214 m.), *Nailson* (8.015 m.), *Deverson* (738 m.), *Joerson* (64 m.), *Cleverson* (18.995 m.), *Talerson* (23 m.), *Maerson* (36 m.) e com nomes oriundos do cruzamento vocabular: *Adilan* (*Adilson* + *Ana* 186 m.), *Edívia* (*Edson* + *Olívia* 26

f.), *Francitonia* (*Francisc(a) + Antônia, 30 f.*), *Jessicleide* (*Jéssica + Cleide 199 f.*), *Julícia* (*Juliana + Letícia 39 f.*), *Orlângela* (*Orlando + Rosângela 22 f.*), *Valdilane* (*Valdir + Elane 308 f.*).

Esse conjunto de exemplos elencados no parágrafo anterior explicita uma grande diferença entre a antroponímia do século XIX, a que se teve acesso, e a antroponímia do século XX, uma vez que estas são mais construcionais, no sentido de serem majoritariamente biformativas, enquanto aquelas se concentram, maiormente, entre processos de alteração gráfico-fônicas, provavelmente não intencionais, e transposições do léxico comum ao próprio.

Considerações finais

A constituição histórica do léxico antroponímico brasileiro faz parte de um longo e laborioso processo e, como podemos perceber, nunca se manteve estacionária e que continua o seu curso de renovação, considerando motivações e influências diversas.

É, pois, diante desse quadro de pluralidade e de mudança, jamais registrado em nenhuma obra lexicográfica, que se coloca o desafio para a descoberta da história do léxico antroponímico brasileiro; destarte, acreditamos que será a partir do cruzamento entre informações de cunho sócio histórico e de cunho lexicológico, com o auxílio das contribuições lexicográficas, que a poderemos alcançar.

Referências bibliográficas

- BRASIL, IBGE. **Nomes no Brasil**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>.
- GUÉRIOS, R. F. M. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Ave Maria, 1981.
- LOBO, T. C. F.; ALMEIDA, A. A. D.; SOLEDADE, J. **Todos os nomes: análise sócio histórica, mórfico-semântica e etimológica da antroponímia baiana – Projeto de pesquisa**. Salvador, 2007. Disponível em <https://www.prohpor.org/morfo-proj-2>. Acesso em 30 maio 2020.
- MACHADO, J. P. **Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa**. 3 v. Lisboa: Horizonte/Confluência, 1981.
- NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa – Tomo II**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.
- OLIVEIRA, K. **Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico**, 2005. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- SIMÕES NETO, N. A.; SOLEDADE, J. Nomes masculinos *X-son* na antroponímia brasileira: uma abordagem morfológica, histórica e construcional. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, p. 1295-1350, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.26.3.1295-1350>.
- SOLEDADE, J. A hipótese da prevalência de construções biformativas em processos concatenativos e não-concatenativos de formação de antropônimos neológicos no Brasil. *In: Estudos Linguísticos e Literários – Dossiê Morfologia*, Salvador: EDUFBA, 2019.
- SOLEDADE, J.; SIMÕES NETO, N. A. Uma abordagem construcional da antroponímia brasileira em perspectiva histórica. Inédito. *In: Anais do IX Seminário de Estudos Filológicos*. Salvador: UFBA, 5 a 7 de setembro de 2018.
- SOLEDADE, J. Origens e estruturação do léxico antroponímico. **Macabéa – Revista eletrônica do NETLLI**, Crato, v. 8, n. 2, p. 411-452, 2019. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MacREN/article/view/1954>.
- SOUZA, H. F. C. **Arlindos e negros: o nome próprio em uma irmandade de cor na Bahia dos séculos XIX e XX**, 2017. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <http://dicionariodenomesdobrasil.com.br/index.php/links-uteis/>. Acesso em: 05 fev. 2019.
- REIS, J. J. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835**. ed. rev. e amp. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RODRIGUES, L. S. **Neologismos antroponímicos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.